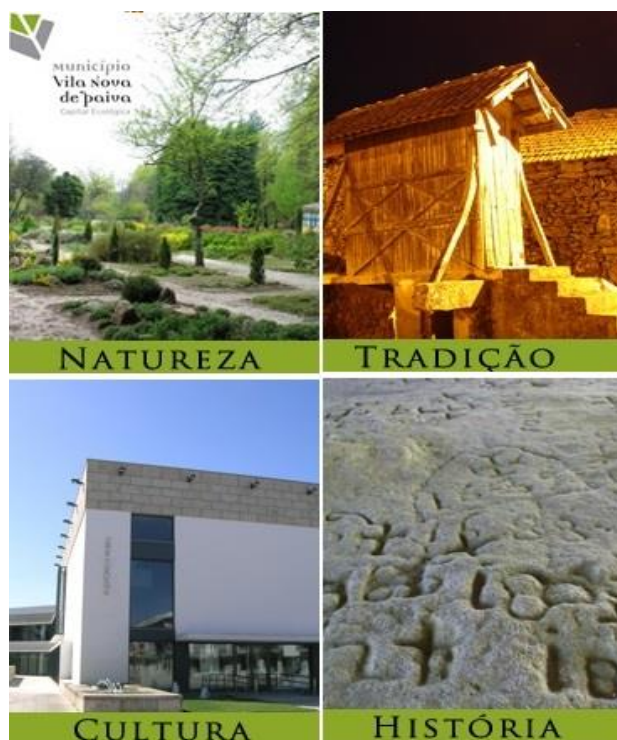


VOLUME II

REVISÃO DO PDM DE VILA NOVA DE PAIVA

R02 | PROGRAMA DE EXECUÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE PAIVA



município
Vila Nova
de paiva
Capital Ecológica

Ficha Técnica do Documento

Título:	Programa de Execução
Descrição:	Documento que apresenta o programa de execução da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, dando cumprimento à alínea c) do n.º 2 do artigo 97.º do RJIGT
Data de produção:	29 de junho de 2020
Data da última atualização:	06 de março de 2026
Versão:	01
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo – C.I.P.O.T., Lda
Coordenador de projeto:	Ricardo Almendra Geógrafo – Desenvolvimento e Ambiente
Equipa técnica:	Célia Mendes Geógrafa – Planeamento e Ordenamento do Território Márcia Aroma Arquiteta Urbanista Beatriz Konstantinovas Arquiteta Urbanista Helena Corrêa Eng.ª Agrónoma
Código de documento:	248
Estado do documento:	Versão para discussão pública.
Código do projeto:	011182201
Nome do ficheiro digital:	1822_programa_exec_v01

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	5
3	MODELO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	8
3.1	Modalidades de Execução.....	8
3.2	Unidades operativas de planeamento e gestão.....	10
3.3	Áreas de Reabilitação Urbana	10
4	AÇÕES/INTERVENÇÕES PREVISTAS	13

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Investimento global e por eixo temático, previstos para as ORU	12
Quadro 2 Programa de ações relativas à infraestruturação (rede de abastecimento de água e saneamento)	15
Quadro 3 Programa de ações relativas à execução das UOPG	17
Quadro 4 Programa de ações relativas a intervenções nos equipamentos coletivos	17
Quadro 5 Programa de ações relativas a intervenções na rede viária	18
Quadro 6 Programa de investimento e financiamento (público) da ORU do Centro de Vila Nova de Paiva	19
Quadro 7 Programa de investimento e financiamento (público) da ORU de Alhais.....	19
Quadro 8 Programa de investimento e financiamento (público) da ORU de Vale Cova à Coelheira.....	20
Quadro 9 Programa de investimento e financiamento (público) da ORU de Touro.....	21
Quadro 10 Programa de investimento e financiamento (público) da ORU de Queiriga	22
Quadro 11 Programa de investimento e financiamento (público) da ORU de Pendilhe	24

1 INTRODUÇÃO

O enquadramento legal instituído pelo RJIGT estabelece que o PDM, enquadrado no modelo de organização do território que define, terá de ser acompanhado por um *“programa de execução, contendo, designadamente, as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias do Estado e do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções do Estado e as intervenções municipais previstas a longo prazo”* [alínea c) do n.º 2 do artigo 97.º do RJIGT].

No âmbito das suas competências de elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), as autarquias têm a necessidade de identificar e programar cenários de atuação, que exige um maior rigor na programação e financiamento das intervenções, definindo as prioridades, pela sua importância e contributo na concretização do modelo e da estratégia municipal de desenvolvimento preconizado para o seu território.

Nos termos da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU, Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, na sua redação atual), a programação de um plano deve conter (n.º 1 do artigo 56.º):

- a) *A explicitação dos respetivos objetivos e a identificação das intervenções consideradas estratégicas ou estruturantes;*
- b) *A descrição e a estimativa dos custos individuais e da globalidade das ações previstas bem como dos respetivos prazos de execução;*
- c) *A ponderação da respetiva sustentabilidade ambiental e social, da viabilidade jurídico-fundiária e da sustentabilidade económico-financeira das respetivas propostas;*
- d) *A definição dos meios, dos sujeitos responsáveis pelo financiamento da execução e dos demais agentes a envolver;*
- e) *A estimativa da capacidade de investimento público relativa às propostas, tendo em conta os custos da sua execução.*

Na sequência do estabelecido no LBPPSOTU, o RJIGT estabelece igualmente no n.º 4 do artigo 146.º que os planos territoriais integram orientações para a sua execução, a inscrever nos planos de atividades e nos orçamentos municipais, que devem conter o que já foi descrito anteriormente.

Em suma o presente programa de execução, identifica as intervenções de iniciativa ou responsabilidade municipal ou da administração central, necessárias à concretização da estratégia de desenvolvimento instituída pelo plano, e demonstra a forma como serão executadas, indicando as intervenções municipais e os meios de financiamento.

2 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Decorridos 25 anos da entrada em vigor do PDM de Vila Nova de Paiva, inicia-se o processo da 1ª revisão com vista à adequação do plano ao regime jurídico vigente, assim como, às necessidades do território identificadas na avaliação da execução do PDM em vigor e ainda às atuais estratégias e políticas de desenvolvimento municipal. Com a presente revisão pretende-se dotar a gestão urbanística do território municipal de um instrumento de planeamento territorial que permita articular a situação existente e as perspetivas futuras, promovendo um desenvolvimento ajustado à diversidade do território municipal.

Atualmente, o Plano Diretor Municipal é mais que um instrumento de gestão territorial, é um instrumento de caráter estratégico, que traduz territorialmente as grandes opções e políticas municipais para o desenvolvimento territorial a médio prazo.

Efetivamente, disciplinar o povoamento, ordenar a paisagem, realizar uma exploração racional dos recursos, identificar todos os valores patrimoniais são objetivos a manter na revisão do PDM de Vila Nova de Paiva. Para o desenvolvimento sustentado destes vetores determinam-se três eixos estratégicos:

❖ **Consolidação e qualificação do sistema urbano**

Deverá, primeiramente, ser potenciado a localização estratégica de Vila Nova de Paiva no semicírculo suburbano de Viseu e sua proximidade a itinerários principais (A24/IP3 e A25/IP5) importantes, que lhe permite ter uma fácil acessibilidade a todo o país, e estradas nacionais e regionais que permitem ligações aos concelhos vizinhos. Neste aspeto existe ainda a necessidade de fecho de algumas malhas urbanas na vila, assim como a necessidade de terminar a EN 329, que servirá de apoio à EN323.

Surge ainda a necessidade de elaboração de estudos e planos urbanísticos para as zonas mais antigas dos núcleos de Fráguas, Vila Cova à Colheira e Touro, através de planos municipais de ordenamento do território ou de programas de reabilitação urbana (ARU), aliados aos recentes programas de habitação previstos na Lei de Bases da Habitação.

Para além da qualificação do parque habitacional, a melhoria das condições de vida das populações, depende também do grau de dotação dos aglomerados urbanos em infraestruturas básicas, nomeadamente, de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos. Em termos de acessibilidade, mais de 90% da população tem acesso a estas infraestruturas, pelo que se considera que, de grosso modo, o concelho está bem servido. Contudo, observa-se ainda a falta de rede em alguns aglomerados populacionais (mais dispersos no território), ou, em alguns casos, a ligação particular à mesma (que colocam em causa a qualidade ambiental e a saúde pública). Neste âmbito é inevitavelmente o reforço e modernização das infraestruturas, de forma a suprimir algumas das disfunções ambientais que ainda se encontram presentes no território concelhio.

A promoção de um modelo de desenvolvimento territorial deverá igualmente estar orientado para a valorização das pessoas na sua vertente profissional, formativa e de integração na sociedade. A inclusão e coesão social no concelho exige uma atenção especial aos grupos sociais particularmente vulneráveis e desfavorecidos. Numa era de progressivo envelhecimento da população, torna-se fundamental adequar as respostas sociais às necessidades da população.

❖ **Valorização e promoção dos valores culturais, patrimoniais, naturais e paisagísticos, como elementos identitários do concelho**

O concelho de Vila Nova de Paiva encontra-se dotado de valores ambientais, culturais e paisagísticos de grande relevo à escala regional, que reforçam a necessidade de promover estratégias, ações e mecanismos ligados com a integridade, proteção e salvaguarda.

O concelho é atravessado por três rios: Paiva, Covo e Vouga, aos quais estão associados corredores ecológicos que devem ser preservados e valorizados. O Parque Botânico *Arbutus* do Demo constitui a área verde mais importante do concelho de Vila Nova de Paiva e com grandes capacidades de atração de visitantes, devendo ser um dos elementos chave de promoção do turismo. Ainda em resultado dos milhares de anos de povoamento, existem no concelho inúmeros valores patrimoniais, arquitetónicos e arqueológicos, que urge preservar e que devem por isso serem sinalizados.

Para além da sua preservação e valorização do património material e imaterial, torna-se fundamental articular as ações de apoio à cultura e recreio com as ações de reabilitação dos imóveis mais assinaláveis e históricos de forma a “reanimar” das zonas mais antigas das freguesias.

Em termos geológicos, as minas da Queiriga, que se localizam nas margens do rio Rebentão e foram exploradas durante cerca de dois milénios, constituem um potencial turístico elevado. Atualmente, as minas estão abandonadas e fechadas, mas deixaram a descoberto únicas e magníficas galerias em vários andares que comunicam umas com as outras. Assim, deverá ser aposta do Município a sua valorização, através de reabilitação do espaço, da criação de espaços de visitação e de estruturas de apoio e divulgação dos trabalhos aqui desenvolvidos.

Por fim, deverão ser potenciadas as oportunidades advindas da integração da Vila Cova à Coelheira na “Rede de Judiarias de Portugal”, através da presença do Centro de Memória Judaica de Vila Cova à Coelheira, que tem como objetivo dar a conhecer esta terra, o seu povo e a história da presença da fé judaica em terras da Beira.

❖ **Desenvolvimento de uma economia sustentada nos recursos endógenos**

A par da realidade do país, o concelho de Vila Nova de Paiva evidenciou na última década um retrocesso económico, pautado pelo decréscimo populacional, envelhecimento da população e elevadas taxas de desemprego.

Para além de ser fundamental reformar o espírito criativo, inovador e empreendedor, associado à qualificação contínua da população e na aposta nos recursos endógenos singulares, é também importante o desenvolvimento de áreas de localização empresarial com as infraestruturas necessárias que permitam o desenvolvimento das atividades económicas com maior potencialidade. Neste sentido, para além do fomento das áreas empresariais existentes importa desenvolver a segunda fase do loteamento industrial de Vale de Forno, na sede do concelho.

O desenvolvimento das atividades agroflorestais representa, para o desenvolvimento autossustentado de Vila Nova de Paiva, um papel importante, dado que o carácter esquelético e a natureza geológica e topográfica dos solos dificultam o surgimento de uma agricultura do tipo intensivo. Da mesma forma que é fundamental criar as condições necessárias para o desenvolvimento económico gerado a partir dos recursos endógenos, como por exemplo o desenvolvimento do setor florestal e ou o desenvolvimento do setor energético através da exploração das energias renováveis como a eólica (serra de Leomil) e a fotovoltaica.

A par deste desenvolvimento dos setores produtivos, deverá ainda promover-se uma diversificação e aumento da oferta de alojamento turístico do concelho, que atualmente se baseia num hotel, um estabelecimento de hospedagem e sete alojamentos locais. Numa era em que Portugal está na “moda” e cada vez mais se procura o turismo em espaço rural, de forma a “fugir” das grandes cidades, torna-se premente desenvolver políticas de atração de investimento para alargar a oferta de alojamento em espaço rural, com qualidade e que se diferencie dos concelhos vizinhos, que no caso de Vila Nova de Paiva não faltam elementos patrimoniais com potencialidades para o efeito, dada a existência de inúmeros solares e casas típicas em zonas mais históricas, aos que pode aliar a recuperação das áreas públicas envolventes através da revitalização do espaço público e recuperação do património imóvel.

3 MODELO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O modelo territorial que é consubstanciado no plano, nomeadamente no seu regulamento e plantas de ordenamento, assenta num modelo espacial para o concelho que, dando resposta ao legalmente exigido para um instrumento desta natureza, reflete a visão e os objetivos anteriormente apresentados.

3.1 MODALIDADES DE EXECUÇÃO

A operacionalização da revisão do PDM decorrerá a partir da execução de um conjunto de propostas, que deverão ser exequíveis em investimentos, dando lugar à elaboração de um programa de investimentos que sistematiza todas as propostas e enuncia o seu faseamento temporal e, bem como, à identificação dos meios de financiamento mobilizáveis para a execução das propostas, além da indicação das entidades a envolver na implementação deste Plano.

Como previsto na legislação, a execução do PDM poderá ser concretizada da seguinte forma:

- ❖ Sistemática: mediante programação municipal de operações urbanísticas integradas, no âmbito de unidades de execução.
- ❖ Não sistemática: sem necessidade de prévia delimitação de unidades de execução, através das operações urbanísticas apropriadas à natureza e dimensão da intervenção e à inserção desta no tecido urbano envolvente, a realizar nos termos do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.

As áreas com execução programada no Plano correspondem às seguintes situações:

- a) As áreas a infraestruturar identificadas e delimitadas na planta de ordenamento, caracterizadas pela existência de uma estrutura urbana definida por arruamentos que garantem a acessibilidade aos edifícios que os marginam, mas ainda não dotadas da totalidade dos sistemas públicos de infraestruturas básicas de abastecimento e drenagem. Estes espaços devem ser objeto de dotação dos sistemas ou redes de infraestruturas em falta até ao final dos prazos estabelecidos no Quadro 1.
- b) As UOPG, que devem ser concretizadas através das formas e instrumentos de planeamento e execução estabelecidos para cada um a nos respetivos termos de referência constantes no Regulamento e até ao final dos prazos estabelecidos no Quadro 1.

Nas UOPG, a aplicação do Plano processa-se por execução sistemática, exceto quanto a operações urbanísticas relativas a prédios confinantes com via pública habilitante que possuam estrema comum com prédio onde já exista edifício em situação legal, desde que a Câmara Municipal considere que as soluções propostas asseguram uma correta articulação formal e funcional com o solo urbano estruturado e não prejudicam o ordenamento urbanístico da área envolvente e sobrança.

A execução do Plano adota a forma não sistemática nas áreas de solo urbano e de solo rústico não integradas nas UOPG, e nas situações de exceção referidas anteriormente.

A indisponibilidade das obras ou sistemas de infraestruturação em falta nas Áreas a Infraestruturar, às datas em que se esgotem os prazos referidos no Quadro 1 e Planta de Ordenamento III, determina a suspensão total da viabilização de novos edifícios ou da ampliação dos existentes, a perdurar até ao momento em que cesse tal indisponibilidade.

A não concretização total ou parcial, até ao final dos prazos estabelecidos no Quadro 1 das UOPG que se localizam em solo urbano, determina automaticamente a caducidade total ou parcial da classificação como solo urbano da área ou áreas de território nelas incluídas que, à data de esgotamento do referidos prazos, não cumpram os requisitos materiais legalmente exigidos para a sua classificação como solo urbano. A situação de caducidade da classificação como solo urbano a que se refere o número anterior tem como efeitos:

- a) O imediato impedimento de realização, na área ou áreas em causa, de quaisquer operações urbanísticas ou transformações do uso do solo que apenas seriam admissíveis à luz daquela classificação;
- b) A abertura de procedimento de alteração do presente plano tendo em vista a reclassificação como solo rústico da área ou áreas em causa, com a sua integração na categoria ou subcategoria de solo rústico com que confinem em maior extensão.

A Câmara Municipal pode a todo o tempo promover por sua iniciativa, nos termos da lei, a delimitação de unidades de execução a cujas disposições ficarão subordinadas as operações urbanísticas a levar a cabo nos prédios por elas abrangidos, sempre que entenda que as intervenções devam ser suportadas por uma solução de conjunto, designadamente por implicarem a reestruturação fundiária, a abertura de novos arruamentos ou a disponibilização de espaços para áreas verdes e para equipamentos coletivos, ou ainda por exigirem a aplicação de mecanismos perequativos para a redistribuição de encargos e benefícios entre os intervenientes.

A definição da forma de execução do modelo territorial prevista no presente plano, conta ainda com outros instrumentos de planeamento (planos de pormenor/urbanização e operações de reabilitação urbana em vigor e/ou em elaboração), que estruturam um pensamento mais detalhado sobre pequenas áreas do território e contribuem para concretizar alguns dos objetivos estratégicos definidos.

3.2 UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

As unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG), correspondem a um conjunto de áreas territoriais com uma identidade urbana e uma identidade geográfica, apresentando uma significativa autonomia funcional e constituindo as unidades territoriais de referência para efeitos de gestão municipal. Fundamentalmente, as UOPG são um mecanismo através do qual o PDM propõe uma ocupação específica de uma parte do território concelhio garantindo que ela se processe de forma regrada e de acordo com os objetivos globais do Plano.

No caso concreto do concelho de Vila Nova de Paiva, até ao momento foram delimitadas duas UOPG:

- ❖ UOPG 1 - Área de expansão da Área Industrial de Vila Nova de Paiva
- ❖ UOPG 2 - Área de estruturação urbanística em Vila Nova de Paiva

No caso da expansão da área industrial de Vila Nova de Paiva, visa a definição de uma estrutura empresarial, procurando dar resposta à necessidade de áreas de produção destinadas a espaços industriais e de armazenagem. Para tal, será necessário criar as respetivas infraestruturas, novos arruamentos e respetivas interligações com as vias comunicações principais existentes.

A área de estruturação urbanística, pretende consolidar o perímetro urbano de Vila Nova de Paiva, pelo que deverão ser adotadas soluções que promovam a qualificação do meio urbano, desenvolvendo e densificando as orientações de disciplina urbanística do presente plano e consagrando estratégias operacionais para a sua concretização.

3.3 ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

Por área de reabilitação urbana, designa-se a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana.

Atualmente, e legalmente constituídas, no concelho encontramos as seguintes **Áreas de Reabilitação Urbana**:

- ❖ **ARU do Centro da vila de Vila Nova de Paiva**, que abrange uma área de cerca de 32,8 ha, e incide no designado centro histórico da vila. Para além de se constituir como uma área onde predomina a função residencial, concentra ainda um conjunto significativo de espaços comerciais e de equipamentos coletivos (públicos e privados), que conferem a esta área um

carácter polarizador da urbanidade da sede de município, e assim geradora de diversas dinâmicas e fluxos de pessoas.

- ❖ **ARU de Alhais:** com uma dimensão de 23,57 ha, abrange o núcleo antigo de Alhais, de importância patrimonial, situado nas proximidades da igreja matriz e cujo povoamento foi feito ao longo dos tempos em torno de um largo central, onde se situa o cruzeiro e os edifícios de feição mais erudita, abrangendo ainda, em continuidade para noroeste, o aglomerado populacional de Alhais de Cima. Caracteriza-se pela existência de ruas estreitas e casario de carácter tradicional, sobre as quais importa, fundamentalmente, inverter tendências de degradação, que colocam em causa a sua imagem, atratividade e qualidade de vida da população.
- ❖ **ARU de Fráguas:** com uma dimensão de 7,59 ha, incide no designado centro histórico (ou antigo) de Fráguas, albergando um conjunto notável de imóveis arquitetónicos, que pela sua integração na paisagem e valor histórico, constitui um núcleo de importância patrimonial. Pelas suas características demográficas e funcionais, este núcleo desempenha funções centrais estritamente locais, mas que importa dinamizar, valorizar e revitalizar, através de ações integradas de reabilitação urbana, numa lógica de coesão e equilíbrio territorial.
- ❖ **ARU de Queiriga:** com uma dimensão de 41,63 ha, desenvolve-se ao longo das principais vias de comunicação que o intersejam, o núcleo antigo de Queiriga, abrangido pela presente delimitação, apresenta uma malha densa e de estrutura linear, constituída por ruas estreitas e por um casario de cariz tradicional. Este núcleo apresenta funções de centralidade local, relevando-se, principalmente, pela função residencial.
- ❖ **ARU de Pendilhe:** com uma dimensão de 25,15 ha, abrange o núcleo antigo de Pendilhe, situado numa zona propícia ao desenvolvimento agrícola, apresentando uma estrutura irregular, resultante do declive onde se localiza. Este núcleo apresenta funções de centralidade local, relevando-se, principalmente, pela função residencial.
- ❖ **ARU de Touro:** com uma dimensão de 16,28 ha, está implantada a norte do rio Côvo, num local propício à ocupação humana, e caracteriza-se por uma malha urbana compacta, apresentando um desenho urbano orgânico, que se desenvolve ao longo da sua via principal. Com ruas tendencialmente estreitas e construção de carácter tradicional, a área delimitada assume, sobretudo, função residencial.
- ❖ **ARU de Vila Cova à Coelheira:** com uma dimensão de 40,65 ha, abrange o núcleo antigo de Vila Cova à Coelheira, constituído por dois núcleos distintos, que se desenvolvem em torno da igreja matriz e do largo do pelourinho. Com uma localização estratégica no território concelhio, a área delimitada apresenta um papel de polarizadora de serviços, embora se releve, principalmente, pela função residencial.

Estes instrumentos revelam-se de particular importância para a execução do PDM uma vez que, estabelecendo objetivos comuns aos previstos para o presente plano, beneficiam de ferramentas e mecanismos financeiros específicos que permitem efetivar as ações e os programas definidos.

Nos Quadros 5 ao 10, estão identificadas as ações previstas para cada ORU de cada ARU delimitada no concelho, porém a seguir apresenta-se um resumo geral dos valores previstos para a reabilitação urbana no concelho para a próxima década.

Quadro 1 | Investimento global e por eixo temático, previstos para as ORU

EIXO TEMÁTICO	INVESTIMENTO
I - Edifícios	1 525 972,32 €
II - Infraestruturas	520 000,00 €
III - Equipamentos	3 605 954,53 €
IV – Espaços urbanos e verdes de utilização coletiva	933 000,00 €
TOTAL	6 584 926,85 €

4 AÇÕES/INTERVENÇÕES PREVISTAS

Apoiado no programa de execução, o município deverá determinar a execução do plano, que inclui projetos e intervenções enquadrados de acordo com o modelo de ordenamento territorial, apresentado no horizonte do plano, visando promover a execução coordenada e programada do planeamento territorial da área de intervenção do plano.

Nesta sequência, é fundamental que o PDM demonstre de que forma irão ser executadas as intervenções de iniciativa ou responsabilidade municipal previstas e necessárias à concretização da estratégia de desenvolvimento preconizada, tanto a nível territorial como a nível financeiro.

No presente programa de execução encontram-se integrados os projetos de iniciativa municipal, como também aqueles que são da responsabilidade do Estado, e outros em que o município atua como participante ou beneficiário.

A Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva promove a execução coordenada e programada do planeamento territorial, com a colaboração das entidades públicas e privadas, através da realização das infraestruturas e dos equipamentos, tendo em conta o interesse público, os objetivos e prioridades estabelecidas no plano. A execução dos sistemas gerais de infraestruturas e de equipamentos públicos municipais determina para os particulares o dever de participar no seu financiamento.

A programação das intervenções, enquanto geradoras das dinâmicas que se pretendem implementar, devem ser escalonadas no tempo em função das prioridades e oportunidades de concretização, face os objetivos estratégicos e operacionais estabelecidos em sede de PDM.

A programação da execução da revisão do PDM é estabelecida pelo município de Vila Nova de Paiva através da inscrição de ações no plano plurianual de investimentos e no plano das atividades municipais, em sede das grandes opções do plano, para concretização dos objetivos estratégicos e gerais definidos para o plano.

Desta forma, tendo em conta os trabalhos da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, as intervenções inscritas visam a concretização da estratégia de desenvolvimento e do respetivo modelo de ordenamento. Estas intervenções distinguem-se por contribuírem diretamente para transformação territorial, nomeadamente nos âmbitos das infraestruturas urbanas, mobilidade/acessibilidades, reabilitação urbana, ambiente/estrutura ecológica, espaços de atividades económicas, entre outros.

De seguida, apresenta-se a sistematização do faseamento temporal e a identificação dos meios de financiamento mobilizáveis para a execução das intervenções que o município de Vila Nova de Paiva considera fundamentais para o horizonte do Plano, sem prejuízo de outras ações que vão necessariamente desenvolver.

A listagem das ações e intervenções programadas estrutura-se de acordo com seis domínios:

- ❖ Ação/intervenção: na qual se indica a denominação do título que a identificará nos vários documentos a desenvolver, acrescida de uma pequena nota explicativa;
- ❖ Entidade promotora da ação: identificação da entidade, dependendo do seu carácter, designadamente público ou privado, geral ou setorial, singular/individual ou coletivo;
- ❖ Estimativa orçamental: onde se identificam os custos médios previstos;
- ❖ Financiamento: onde se identificam as fontes de financiamento da ação respetivas, efetuando-se a distinção entre financiamento Municipal (M), Intermunicipal (IM), da Administração Central (AC), Fundos Comunitários (FC) e Privado (P);
- ❖ Período de execução da ação programada: assume-se como uma informação indicativa, aferida em conjugação com a leitura do território realizada e a fonte de financiamento alcançada;
- ❖ Grau de prioridade: exposição do grau de prioridade da ação/intervenção, podendo apresentar os seguintes níveis: 1 – mais elevado, 2 – intermédio ou 3 – menos elevado.

Quadro 2 | Programa de ações relativas à infraestruturação (rede de abastecimento de água e saneamento)

Ação/Intervenção				Entidade Promotora	Orçamento		Período de Execução		Grau de Prioridade
Freguesia	Lugar	ID	Tipo		Estimativa Orçamental	Financiamento M/ IM/ AC/ FC/ P	De	Até	
Pendilhe	Pendilhe	1	Rede de saneamento	CM V.N. Paiva	7 333,84 €	M/FC	2026	2031	1
	Pendilhe	2	Rede de saneamento	CM V.N. Paiva	7 089,97 €	M/FC	2026	2031	1
	Pendilhe	3	Rede de saneamento e abastecimento de água	CM V.N. Paiva	9 434,06 €	M/FC	2026	2031	1
	Pendilhe	4	Rede de saneamento	CM V.N. Paiva	10 749,94 €	M/FC	2026	2031	1
	Pendilhe	5	Rede de saneamento e abastecimento de água	CM V.N. Paiva	107 254,25 €	M/FC	2026	2031	1
Touro	Touro	6	Rede de saneamento	CM V.N. Paiva	13 534,29 €	M/FC	2026	2031	1
Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas	Fráguas	7	Rede de saneamento e abastecimento de água	CM V.N. Paiva	24 707,12 €	M/FC	2026	2031	1
	Fráguas	8	Rede de saneamento	CM V.N. Paiva	6 928,21 €	M/FC	2026	2031	1
	Vila Nova de Paiva	9	Rede de saneamento e abastecimento de água	CM V.N. Paiva	149 330,55 €	M/FC	2026	2031	1
	Alhais	10	Rede de saneamento e abastecimento de água	CM V.N. Paiva	36 368,36 €	M/FC	2026	2031	1
	Alhais	11	Rede de saneamento	CM V.N. Paiva	17 333,68 €	M/FC	2026	2031	1
	Alhais	12	Rede de saneamento	CM V.N. Paiva	13 221,65 €	M/FC	2026	2031	1

Ação/Intervenção				Entidade Promotora	Orçamento		Período de Execução		Grau de Prioridade
Freguesia	Lugar	ID	Tipo		Estimativa Orçamental	Financiamento M/ IM/ AC/ FC/ P	De	Até	
Queiriga	Queiriga	13	Rede de saneamento	CM V.N. Paiva	26 877,78 €	M/FC	2026	2031	1
	Lousadela	14	Rede de saneamento e abastecimento de água	CM V.N. Paiva	21 376,06 €	M/FC	2026	2031	1
	Lousadela	15	Rede de saneamento	CM V.N. Paiva	7 670,14 €	M/FC	2026	2031	1
Outras ações de intervenção nas infraestruturas									
Construção de uma nova ETAR, com duas estações elevatórias, para o Lugar de Alhais				CM V.N. Paiva	583 664,58€	M/FC	2025	2027	1
Renovação da ETAR da Lousadela				CM V.N. Paiva	59 676,23€	M/FC	2025	2027	1
Reformulação/substituição e execução de nova rede de abastecimento de água nos lugares de Lage Gorda e Lousadela				CM V.N. Paiva	400 000,00€	M/FC	2025	2027	1
Aumento de uma zona de captação, com recurso a um estancamento na zona da serra de Touro – captação do Fermerio				CM V.N. Paiva	750 000,00€	M/FC	2025	2029	1
Aumento de uma zona de captação (reforço do sistema principal de abastecimento de água “Azenha”), com recurso a um estancamento na zona da Pontinha				CM V.N. Paiva	650 000,00€	M/FC	2025	2027	1

Quadro 3 | Programa de ações relativas à execução das UOPG

Ação/Intervenção	Entidade Promotora	Orçamento		Período de Execução		Grau de Prioridade
		Estimativa Orçamental	Financiamento M/ IM/ AC/ FC/ P	De	Até	
UOPG 1 - Área de expansão da Área Industrial de Vila Nova de Paiva (projeto de ampliação e respetivo Estudo de Impacte Ambiental)	CM V.N. Paiva	1 011 000,00€	M/FC	2026	2028	1
UOPG 2 - Área de estruturação urbanística em Vila Nova de Paiva	CM V.N. Paiva	1.000.000,00€	M	2027	2029	2

Quadro 4 | Programa de ações relativas a intervenções nos equipamentos coletivos

Ação/Intervenção	Entidade Promotora	Orçamento		Período de Execução		Grau de Prioridade
		Estimativa Orçamental	Financiamento M/ IM/ AC/ FC/ P	De	Até	
Reabilitação e ampliação do edifício para o pré-escolar e EB1 em Vila Nova de Paiva	CM V.N. Paiva	900 000,00 €	M/FC	2023	2026	1
Requalificação do edifício e piscinas municipais	CM V.N. Paiva	400 000,00 €	M/FC	2025	2029	2

Quadro 5 | Programa de ações relativas a intervenções na rede viária

Ação/Intervenção	Entidade Promotora	Orçamento		Período de Execução		Grau de Prioridade
		Estimativa Orçamental	Financiamento M/ IM/ AC/ FC/ P	De	Até	
Troço 1 - Arruamento O 2ª Fase	CM V.N. Paiva	96 000,00 €	M	01/2027	12/2027	3
Troço 2 - Arruamento Y	CM V.N. Paiva	150 000,00 €	M	01/2027	12/2027	3
Troço 3 - Arruamento Pavilhão Desp. Municipal	CM V.N. Paiva	150 000,00 €	M	01/2026	12/2026	2
Troço 4 - Transversal à Variante à EN329	CM V.N. Paiva	20 000,00 €	M	01/2027	12/2027	3
Troço 5 - Arruamento Z	CM V.N. Paiva	82 000,00 €	M	01/2026	12/2026	2
Troço 6 - Circular Nascente 2ª Fase	CM V.N. Paiva	850 000,00 €	M	01/2025	12/2025	1
Troço 7 - Arruamento Zona Desportiva/Circ. Norte	CM V.N. Paiva	130 000,00 €	M	01/2026	12/2026	2
Troço 8 - Arruamento M	CM V.N. Paiva	305 000,00 €	M	01/2027	12/2027	3

Quadro 6 | Programa de investimento e financiamento (público) da ORU do Centro de Vila Nova de Paiva

Ação/Intervenção	Entidade Promotora	Estimativa orçamental	Ano de início	Financiamento	Priorização
I – EDIFÍCIOS					
Reabilitação de alojamentos do Bairro Mártir São Sebastião	Município de Vila Nova de Paiva	925 972,32 €	2023	Orçamento municipal e PRR	1
III – EQUIPAMENTOS					
Reabilitação do antigo edifício do Centro de Saúde	Município de Vila Nova de Paiva	212 808,96 €	2024	Orçamento municipal e PRR	1
Requalificação do Posto Territorial da GNR de Vila Nova de Paiva	Município de Vila Nova de Paiva	626 000,00 €	2023	Orçamento do Estado (Ministério da Administração Interna)	1
Requalificação da EB1 de Vila Nova de Paiva	Município de Vila Nova de Paiva	1 700 000,00 €	2023	Orçamento municipal e FEDER	1

Quadro 7 | Programa de investimento e financiamento (público) da ORU de Alhais

Ação/Intervenção	Entidade Promotora	Estimativa orçamental	Ano de início	Financiamento	Priorização
III – EQUIPAMENTOS					
Reabilitação da antiga escola primária de Alhais de Baixo	Município de Vila Nova de Paiva / CIM Viseu Dão Lafões	137 145,57€	2024	Orçamento municipal e PRR	1

Quadro 8 | Programa de investimento e financiamento (público) da ORU de Vale Cova à Coelheira

Ação/Intervenção	Entidade Promotora	Estimativa orçamental	Ano de início	Financiamento	Priorização
I – EDIFÍCIOS					
Aquisição e requalificação da Casa Solarenga	Município de Vila Nova de Paiva	250 000€	2029	Orçamento municipal e PRR	2
Aquisição e requalificação da antiga Casa da Câmara	Município de Vila Nova de Paiva	200 000€	2034	Orçamento municipal e PRR	2
II – INFRAESTRUTURAS					
Beneficiação e levantamento das calçadas da Rua do Lugar de Cima, Rua da Capela, Rua dos Emigrantes e Rua da Nogueirinha	Município de Vila Nova de Paiva	150 000€	2029	Orçamento municipal e PRR	2
Construção da escadaria de ligação à escadaria principal do Senhor do Calvário	Município de Vila Nova de Paiva	20 000€	2027	Orçamento municipal e PRR	1
Requalificação das entradas de Vila Cova à Coelheira	Município de Vila Nova de Paiva	100 000€	2030	Orçamento municipal e PRR	2
III – EQUIPAMENTOS					
Rota dos Fornos: Recuperação e dinamização de todos os fornos públicos e comunitários	Município de Vila Nova de Paiva	70 000€	2026	Orçamento municipal e PRR	1
Recuperação de centro de Espigueiros ou Canastros	Município de Vila Nova de Paiva	40 000€	2028	Orçamento municipal e PRR	2
Criação de Museu Cultural	Município de Vila Nova de Paiva	120 000€	2027	Orçamento municipal e PRR	1
Aquisição e reconstrução da Capela da Senhora da Conceição (primeira Igreja de Vila Cova à Coelheira)	Município de Vila Nova de Paiva	100 000€	2034	Orçamento municipal e PRR	2
Reabilitação e Recuperação do Cemitério	Município de Vila Nova de Paiva	50 000€	2027	Orçamento municipal e PRR	1

Ação/Intervenção	Entidade Promotora	Estimativa orçamental	Ano de início	Financiamento	Priorização
IV – ESPAÇOS URBANOS E VERDES DE UTILIZAÇÃO COLETIVA					
Construção de Parque Urbano	Município de Vila Nova de Paiva	500 000€	2024	Orçamento municipal e PRR	1
Requalificação do Parque da Ribeira e do Parque do Souto	Município de Vila Nova de Paiva	50 000€	2026	Orçamento municipal e PRR	1

Quadro 9 | Programa de investimento e financiamento (público) da ORU de Touro

Ação/Intervenção	Entidade Promotora	Estimativa orçamental	Ano de início	Financiamento	Priorização
I – EDIFÍCIOS					
Reabilitação de edifícios para habitação jovem / arrendamento acessível	Município de Vila Nova de Paiva	150 000,00 €	2026	Orçamento municipal e PRR	1
II – INFRAESTRUTURAS					
Reabilitação de espaço para colocação de Ecoponto	Município de Vila Nova de Paiva	10 000,00 €	2024	Orçamento municipal e FEDER	1
Criação de parque de estacionamento de apoio à Igreja	Município de Vila Nova de Paiva	5 000,00 €	2024	Orçamento municipal e FEDER	1
Construção de parque de autocaravanas	Município de Vila Nova de Paiva	150 000,00 €	2024	Orçamento municipal e FEDER	1
III – EQUIPAMENTOS					
Reabilitação de zona para estacionamento de veículos, apoio à	Município de Vila	15 000,00 €	2024	Orçamento municipal e PRR	1

1.ª REVISÃO DO PDM DE VILA NOVA DE PAIVA

Ação/Intervenção	Entidade Promotora	Estimativa orçamental	Ano de início	Financiamento	Priorização
residência e casa mortuária	Nova de Paiva				
Reabilitação de edifício para criação de centro interpretativo do Entrudo	Município de Vila Nova de Paiva	250 000,00 €	2025	Orçamento municipal e FEDER	2
Recuperação e edifício para criação de ludoteca e centro de estudo acompanhado	Município de Vila Nova de Paiva	10 000,00 €	2025	Orçamento municipal e FEDER	1
Construção de piscinas biológicas e bar de apoio	Município de Vila Nova de Paiva	400 000,00 €	2028	Orçamento municipal e FEDER	2
Reabilitação de palhais antigos e eira para criação do centro de valorização do turismo de natureza	Município de Vila Nova de Paiva	380 000,00 €	2027	Orçamento municipal e FEDER	2
Reabilitação de edifício para criação de cozinha regional comunitária	Município de Vila Nova de Paiva	80 000,00 €	2025	Orçamento municipal e FEDER	1
IV – ESPAÇOS URBANOS E VERDES DE UTILIZAÇÃO COLETIVA					
Recuperação de canastros	Município de Vila Nova de Paiva	5 000,00 €	2024	Orçamento municipal e FEDER	1
Criação do parque ribeirinho do Touro	Município de Vila Nova de Paiva	60 000,00 €	2025	Orçamento municipal e FEDER	1

Quadro 10 | Programa de investimento e financiamento (público) da ORU de Queiriga

Ação/Intervenção	Entidade Promotora	Estimativa orçamental	Ano de início	Financiamento	Priorização
II – INFRAESTRUTURAS					
Requalificação da Avenida Cónego Donato de Almeida e Cunha	Município de Vila	80 000 €	2025	Orçamento municipal e PRR	1

1.ª REVISÃO DO PDM DE VILA NOVA DE PAIVA

Ação/Intervenção	Entidade Promotora	Estimativa orçamental	Ano de início	Financiamento	Priorização
	Nova de Paiva				
Construção de parque de caravanismo	Município de Vila Nova de Paiva	65 000 €	2026	Orçamento municipal e PRR	1
Requalificação da Rua Cimo do Souto	Município de Vila Nova de Paiva	35 000 €	2030	Orçamento municipal e PRR	2
Requalificação da Travessa da Escola	Município de Vila Nova de Paiva	20 000 €	2031	Orçamento municipal e PRR	2
Construção de passeios na Rua do Barreiro	Município de Vila Nova de Paiva	30 000 €	2030	Orçamento municipal e PRR	2
III – EQUIPAMENTOS					
Construção de balneários de apoio à Rota do Rebentão	Município de Vila Nova de Paiva	45 000 €	2027	Orçamento municipal e PRR	1
Aquisição de edifícios para Albergue	Município de Vila Nova de Paiva	45 000 €	2028	Orçamento municipal e PRR	2
Execução de eletrificação do recinto do centro de Memória das Migrações	Município de Vila Nova de Paiva	25 000 €	2025	Orçamento municipal e PRR	1
IV – ESPAÇOS URBANOS E VERDES DE UTILIZAÇÃO COLETIVA					
Compra de terrenos para recinto de festas	Município de Vila Nova de Paiva	60 000 €	2028	Orçamento municipal e PRR	2
Aquisição de terrenos para parque urbano	Município de Vila Nova de Paiva	30 000 €	2030	Orçamento municipal e PRR	2
Construção de monumentos ao emigrante	Município de Vila	18 000 €	2024	Orçamento municipal e PRR	1

Ação/Intervenção	Entidade Promotora	Estimativa orçamental	Ano de início	Financiamento	Priorização
	Nova de Paiva				

Quadro 11 | Programa de investimento e financiamento (público) da ORU de Pendilhe

Ação/Intervenção	Entidade Promotora	Estimativa orçamental	Ano de início	Financiamento	Priorização
II – INFRAESTRUTURAS					
Reabilitação de espaço para a colocação de Ecopontos	Município de Vila Nova de Paiva	20 000 €	2024	Orçamento municipal e PRR	1
III – EQUIPAMENTOS					
Recuperação de edifício para a criação de Espaço Cidadão	Município de Vila Nova de Paiva	75 000 €	2026	Orçamento municipal e PRR	2
Reabilitação de um espaço na sede da Junta de Freguesia para a criação de uma cozinha regional	Município de Vila Nova de Paiva	60 000 €	2026	Orçamento municipal e PRR	2
Recuperação de um edifício para a criação de uma Melaria	Município de Vila Nova de Paiva	100 000 €	2025	Orçamento municipal e PRR	1
Recuperação de Fornos Comunitários	Município de Vila Nova de Paiva	25 000 €	2024	Orçamento municipal e PRR	1
Recuperação de Eiras antigas	Município de Vila Nova de Paiva	50 000 €	2027	Orçamento municipal e PRR	2
Recuperação de Moinhos	Município de Vila Nova de Paiva	60 000 €	2026	Orçamento municipal e PRR	2

Ação/Intervenção	Entidade Promotora	Estimativa orçamental	Ano de início	Financiamento	Priorização
Recuperação de Canastros	Município de Vila Nova de Paiva	65 000 €	2026	Orçamento municipal e PRR	2
IV – ESPAÇOS URBANOS E VERDES DE UTILIZAÇÃO COLETIVA					
Reabilitação de espaço para criação de zona de lazer e estacionamento	Município de Vila Nova de Paiva	85 000 €	2025	Orçamento municipal e PRR	1
Reabilitação da zona envolvente ao recinto da Igreja	Município de Vila Nova de Paiva	80 000 €	2027	Orçamento municipal e PRR	2
Reabilitação do parque do Sr. da Piedade, parque de merendas e zona de lazer e desporto ao ar livre	Município de Vila Nova de Paiva	110 000 €	2026	Orçamento municipal e PRR	2